Secretaria-Geral da Presidência da República

Secretaria Nacional de Articulação Social

Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã

MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Brasília

2014

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Ministro-chefe
Gilberto Carvalho

Assessor Especial da SG
Selvino Heck

SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
Secretário Nacional
Paulo Roberto Martins Maldos

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ
Diretor
Vera Lucia Lourido Barreto

Equipe de assessores
Iracema Ferreira de Moura
Luisa Cristina Sabóia
Marcel Franco Araújo Farah
Thais Ponciano Bittencourt
Willian Silva Bonfim

Apoio:
Aline de Sá Souza
Geraldo Martins
Clécima Márcia Campos
Célia Regina Costa Mendes

Créditos da publicação:

Produção do texto: Esta publicação é resultado de um amplo processo de debates, diálogos e reflexões, a partir de diferentes práticas, do Governo Federal, de movimentos sociais, de universidades e de educadores populares e da educação formal do Brasil, desenvolvido por meio de reuniões, seminários e articulações entre 2011 a 2014, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, por meio de seu Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS. Também incorporou diferentes contribuições, por meio de duas consultas públicas, no portal www.participa.br, sendo a primeira em outubro de 2013 e a segunda nos meses de dezembro 2013 e janeiro de 2014.

Organização da publicação:
Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã e

Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação:
Representantes do governo federal:
Arlindo Cavalcanti Queiroz - Ministério da Educação
Carla Dozzi - Ministério da Cultura
Eunice Léa Moraes - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Marga Janete Stroher - Secretaria de Direitos Humanos
Osvaldo Peralta Bonetti – Ministério da Saúde
Pedro Tomaz – Ministério do Desenvolvimento Social

Representantes da sociedade civil e universidades:

Flávio Brayner – Universidade Federal de Pernambuco
Liana Borges – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
Maria Margarida Machado – Universidade Federal de Goiás
Paulo Roberto Padilha – Instituto Paulo Freire
Ricardo Spíndola – Universidade Católica de Brasília
Rita Diana de Freitas Gurgel - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Salete Valesan – CLACSO/FLACSO
Veroni Martins – Rede de Educação Cidadã

Edição e revisão final:
Kelly Cristina Alves
Liana Borges
Willian Silva Bonfim

Projeto gráfico e diagramação:
....

Impressão:

....

Sumário

APRESENTAÇÃO.....

1 – PROCESSOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA: .....

2 – O CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA.....

3 - OBJETIVOS DO MARCO DE REFERÊNCIA .....

4 – BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL .....

5 – BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR.....

6 – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....

7 – PASSOS METODOLÓGICOS DE UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR.....

8 – CAMPOS DAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR .....

APRESENTAÇÃO

A Educação Popular tem um longo percurso no Brasil, a partir de um conjunto de práticas e experiências que se forjaram junto às classes populares, no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e igrejas, nas universidades, no campo, na cidade e na floresta, com os mais diferentes grupos, os trabalhadores, especialmente os em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos como também em experiências que se realizam no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal.

Dos 50 anos da experiência de alfabetização de Angicos-RN, em 1963, desenvolvida por Paulo Freire, aos debates atuais, muitas experiências, práticas e reflexões teóricas se acumularam e se produziram, no campo social e nos espaços institucionais, consolidando, além de um campo do conhecimento, uma perspectiva e concepção de educação emancipatória, profundamente ligada à realidade do povo brasileiro e da América Latina.

A educação popular deu suporte a um dos mais ambiciosos programas brasileiros de alfabetização, proposto pelo ministro da educação do Governo João Goulart, Paulo de Tarso. Paulo Freire assumiu o cargo de coordenador do então criado Programa Nacional de Alfabetização, a partir do qual, utilizando seu método, pretendia alfabetizar 5 milhões de adultos em mais de 20 mil círculos de cultura em todo país.

Da experiência com o Programa Nacional de Alfabetização no governo João Goulart à experiência de Paulo Freire como secretário municipal de educação em São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, a partir de 1989, a Educação Popular consolidou-se no campo das práticas sociais e vem ganhando mais relevância em espaços institucionais.

Este *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas* reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora do Governo Federal. Seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias. Para sua concretização, coloca-se um desafio para todos os setores governamentais e da sociedade civil: torná-lo conhecido e assimilado entre todos os sujeitos e agentes que promovem ações educativas em diferentes frentes e campos de atuação e em todas as políticas públicas.

Convergindo com o reconhecimento do grande educador Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, este documento devolve à Educação Popular o importante papel que ela desempenhou historicamente na formação do povo brasileiro, bem como dá destaque para a sua relevância e contribuição no modelo de desenvolvimento, reconhecendo que a ação estatal, e seus

processos educativos, podem dar-se, confluir e fortalecer-se num fértil campo de diálogo com a realidade, entre os saberes e o conhecimento acumulado do povo brasileiro.

Gilberto Carvalho
Ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

INTRODUÇÃO

A educação popular a um só tempo é uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história.

Um Mapeamento dos Processos Educativos e Formativos do Governo Federal, em desenvolvimento pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Social/SNAS/SG, com participação de ministérios que integram o GT Processos Educativos e Formativos, revela que há um conjunto de mais de 100 ações de formação com diversos objetivos, tanto voltados para a qualificação técnica quanto para formação para exercício da cidadania.

Trata-se de um campo com grande diferenciação de propostas metodológicas, públicos de referência, parcerias. Mas que apresenta forte potencial de articulação e fortalecimento de uma perspectiva de políticas públicas participativas e emancipatórias, muitas delas declaradamente assumidas na perspectiva da educação popular. A partir deste trabalho de mapeamento avançamos para a formulação deste *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.*

Este Marco insere-se no âmbito do processo de construção da Política Nacional de Educação Popular, da Política Nacional de Participação Social, das políticas e programas para a juventude. Tem como objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de políticas sociais que tenham origem, principalmente, na ação pública e que contemplem os diversos setores vinculados a processos educativo-formativos das políticas públicas do Governo Federal.

Trata-se de um documento referência. É importante destacar a sua natureza como um Marco de Referência. Não pretende, portanto, ser um tratado sobre educação popular, nem um artigo acadêmico exaustivo. Tem a pretensão apenas de apontar referências fundamentais para a Política Nacional da Educação Popular.

Como ponto de partida, reconhece o papel político e pedagógico que cada política pública tem como potencialidade e como prática de, no seu âmbito, desenvolver processos educativos para fortalecer a participação, a cidadania e a conquista de direitos no Brasil. Este Marco destina-se aos gestores públicos que, no âmbito de suas competências e atribuições, têm o papel de elaborar e implementar políticas públicas, sempre em diálogo com os setores organizados da sociedade.

Para tanto, em sua formulação, buscou-se retomar os processos desenvolvidos no âmbito do governo, das universidades e de movimentos sociais que contribuíram para a elaboração deste

documento. Também buscou situar o contexto sociopolítico no qual está se dando a sua elaboração. Nele encontram-se as bases históricas e epistemológicas da Educação Popular, bem como um conjunto de princípios e diretrizes, cujo objetivo é orientar a formulação de políticas públicas com participação social e emancipatórias, bem como os campos da educação popular, ou seja espaços e contextos onde práticas educativas formuladas em sintonia com esta perspectiva metodológica podem se dar.

Boa leitura!

1 – PROCESSOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA

Algumas iniciativas desenvolvidas nos últimos anos sinalizam para a consolidação do *Marco de Referência da Educação Popular* que, além de reconhecer a existência destas práticas e experiências no âmbito da sociedade e governos, avança para um novo momento em seu processo de fomento, articulação e visibilidade. Destacamos, abaixo, momentos importantes para a consolidação da pauta no Governo Federal e na sociedade nos últimos 10 anos. Todos estes processos foram realizados pelo Governo Federal em conjunto com vários setores da sociedade.

Processos envolvendo a Rede de Educação Cidadã

- Consolidação da Rede de Educação Cidadã (Recid), desde 2003 ação no âmbito da mobilização social do Programa Fome Zero. A Recid é uma experiência que envolve governo e sociedade, centenas de entidades, organizações e movimentos sociais, educadores/as populares, lideranças e agentes comunitários, num processo de educação popular com populações historicamente vulneráveis: mulheres, juventude, catadores/as de matérias recicláveis, acampados/as e assentados/as, agricultores/as familiares e camponeses/as, comunidades tradicionais, indígenas, pescadores/as, comunidade LGBT e outros.

- Desde 2006, com a elaboração do seu Projeto Político Pedagógico, a Recid reafirma a importância de avançar para a compreensão da educação popular como política pública, articulando neste debate outras redes e organizações em todo Brasil.

- Em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial, em Belém-PA, na Assembléia dos Movimentos Sociais, a Recid pautou a necessidade de pensar os desafios e perspectivas para a educação popular como política pública. Também fez o mesmo no Fórum Social das Américas, em 2010, em Assunção, no Paraguai.

- No primeiro semestre de 2009, a Recid aprofundou o estudo do tema da Educação Popular como Política Pública, nas equipes do então Talher Nacional e da Comissão Nacional da Recid[1], tendo elaborado a estratégia de construção da política nacional de educação popular, incluindo a produção e disseminação de um texto com o mesmo nome.

[1] Comissão de 12 representantes da sociedade civil que compõe o coletivo nacional de coordenação da Recid.

- Houve desdobramento do debate sobre Educação Popular e Políticas Públicas em todos estados e Distrito Federal, através das equipes estaduais da Recid: participação no processo da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), com realização de oficina autogestionária sobre a Educação Popular como Política Pública, envolvendo organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS) e movimento da economia solidária. O resultado foi a aprovação para avançar na educação popular no Eixo I da Conferência, que falava do papel do Estado na garantia do direito a uma educação de qualidade.

- Assumida como prioridade da Recid, a construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP) vem, desde 2012, desdobrando-se em várias atividades (reuniões, encontros e articulações políticas), incluindo a participação no processo da Conae/2014, visando consolidar e avançar numa proposta no seu documento final.

Diálogos e ações com universidades públicas, centros de educação popular, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais brasileiros

- Organização de um mapeamento de Universidades Federais, estaduais e outras, Institutos Federais de Educação, Escolas e Centros de Formação em Educação Popular do Brasil, em 2012, pelo departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã.

- Realização, em dezembro de 2012, de Oficina sobre a atualidade da Educação Popular no Brasil, que envolveu 10 universidades, o Instituto Paulo Freire, a Escola Nacional Florestan Fernandes, Escola Nacional de Formação da Contag, Escola Sindical da CUT, Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. Também participaram desta atividade os ministérios da Educação e Saúde,

- Realização, em outubro de 2012, de seminário *Brasil: questões e desafios atuais*, que entre os temas como a Reforma Política e o Programa Brasil Sem Miséria, também aprofundou o tema da educação popular, movimentos sociais e políticas públicas. Participaram deste seminário, cerca 120 pessoas, representando 60 movimentos sociais brasileiros, urbanos e rurais, de gênero, etnia e geração.

- Debate da proposta da Política Nacional de Educação Popular no Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação (Anped) e Pesquisa em Educação, em outubro de 2013.

Processos de fortalecimento institucional da Educação Popular:

- Aprovação, em 2007, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: o capítulo VI é dedicado à educação não formal e aos processos de educação popular em Direitos Humanos[2].

- Aprovação na I Conferência Nacional de Educação, em 2010, no Eixo I, que tratou do papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, à página 29: "Considerando os processos de mobilização social nas últimas décadas que visavam à construção da educação popular cidadã, formação da cidadania e dos direitos humanos, o novo PNE deve articular a educação formal com experiências de educação não formal, ou seja, as experiências de educação popular e cidadã, incorporando-as como políticas públicas".

- Criação, em 2011, do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), da Secretaria-Geral da Presidência da República, pelo Decreto 7688/2012[3].

- Organização de mapeamento, no segundo semestre de 2011, pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG de processos educativos e formativos do Governo Federal.

- Realização, em 16 de agosto de 2011, de reunião com cerca de 30 órgãos, entre ministérios, autarquias e empresas públicas, para apresentação da proposta de articulação das ações, programas e projetos formativo-educativos do Governo Federal.

- Realização, em 06 de outubro de 2011, do primeiro seminário de processos formativo-educativos do Governo Federal, propiciando conhecimento e reconhecimento das diversas experiências. Neste seminário ficou definida a elaboração de uma sistematização destas

---

[2] Página da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, (http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf, acessada em 20 de maio de 2013.

[3] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7688.htm, acessada em 02 de outubro de 2013.

experiências e a elaboração de diretrizes de orientação para tais ações no âmbito do Governo Federal. Começava a se desenhar este Marco de Referência.

- Realização, em 30 de maio de 2012, do segundo seminário de processos formativo-educativos do Governo Federal, no qual foram apresentadas três experiências governamentais baseadas na metodologia da educação popular para aprofundamento sobre as concepções a orientar o Marco de Referência que se pretendia construir.

- Debate no âmbito do Fórum de Gestores da Participação Social, no segundo semestre de 2012, dos princípios da educação para a cidadania ativa, adensando a agenda de construção de uma política intersetorial de educação popular.

- Construção das recomendações nº 08, de 04 de julho de 2012, do Ministério do Trabalho, das "Diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária", que tem como referência metodológica a educação popular.

- Como fruto de um forte trabalho de articulação com os movimentos sociais em saúde, como a Articulação Nacional de Práticas de Educação Popular em Saúde (Aneps) e a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), entre outros, em 2012, o Conselho Nacional de Saúde aprova a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, também aprovada na Gestão Tripartite do SUS, do Ministério da Saúde.

- Em 2011 e 2012, o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG desenvolveu uma série de diálogos com ministérios, secretarias, empresas públicas, Universidades, Escolas e Centros de Educação Popular (Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF, Escola Nacional de Formação da CUT, Escola, Nacional de Formação da Contag, Instituto Paulo Freire-IPF), com a Recid e com fóruns de educação de jovens e adultos, de economia solidária, de educação do campo em torno da construção da Política Nacional de Educação Popular.

- Desde 2011, a Secretaria-Geral da Presidência da República assumiu o desafio de avançar na consolidação da Política e do Sistema Nacional de Participação Social, tendo como elemento importante a "educação para a cidadania ativa". Em 2013, definiu como prioridade no seu planejamento estratégico a formulação da Política Nacional de Educação Popular, sob a coordenação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã.

2 – O CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO MARCO DE REFERÊNCIA

Está em curso no Brasil, há 10 anos, um modelo de desenvolvimento econômico e social denominado por alguns estudiosos como "neo-desenvolvimentismo" e por outros como "sociodesenvolvimentista". Quem defende essa última vertente a define tendo três eixos: construção de um mercado interno de massas; políticas públicas com participação social e inclusão; relações internacionais soberanas. Este modelo é responsável, graças à combinação de políticas de redistribuição de renda, de aumento do salário mínimo e de facilitação de crédito, por provocar a maior mobilidade social experimentada na história recente do país. Para ambas as perspectivas, é importante entender o Estado e qual o seu papel e de suas instituições no processo de desenvolvimento brasileiro.

Entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, como fruto das políticas públicas, mesmo num contexto de crise econômica mundial, o Brasil reduziu em 7,9% o índice de pobreza, segundo o IPEA, na pesquisa *De volta ao país do Futuro.* Houve avanços na universalização do ensino básico e na oferta de vagas no ensino superior. Segundo o Censo de Educação Superior 2010, do MEC, de 2001 a 2010, o número de vagas no ensino superior registrou um aumento de 110,1%.

Só em 2012, por exemplo, a renda dos mais pobres cresceu 14%. Desde 2001, o mínimo teve valorização de 290% em dólar. E de 349% em reais. Em 2012, o índice Gini caiu para 0,498, pela primeira vez abaixo de 0,500 (este indicador vai de zero a um; quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade.) Os avanços incluem o acesso a serviços públicos essenciais e bens de consumo duráveis.

Contudo, segundo Márcio Pochmann, ao contrário da década de 70, hoje não há um processo de politização dessa mobilidade, que está pautada no consumo e no individualismo. Ainda segundo Pochmann, essa transformação social é desacompanhada da política com "P" maiúsculo, o que é problemático, na avaliação dele, num país que não tem cultura democrática. O cientista político André Singer[4] afirma que as melhorias sociais dos últimos anos não foi acompanhada por um processo de mobilização social, o que, pode-se dizer, altera as condições de consciência política da população e pode levar à percepção de que as conquistas não estão relacionadas com a participação social.

A filósofa, Marilena Chauí[5], lembra ainda que, com o avanço das políticas sociais, formou-se uma nova classe trabalhadora em nosso país, que, contudo, com a difusão da ideologia da

---

4 Singer, André. *Os Sentidos do Lulismo*. Companhia da Letras: São Paulo. 2012.

5 Chauí, Marilena. Uma Nova Classe Trabalhadora. Acessado em 09 de outubro de 2013: http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/uma-nova-classe-trabalhadora-por-marilena-chaui

competência e da racionalidade do mercado, tornou-se propensa ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média.

Em suma, há controvérsias e contradições sobre os avanços de políticas emancipatórias no modelo de desenvolvimento dos últimos anos: o atendimento às comunidades tradicionais combinado com as ações e necessidades do desenvolvimento energético, por exemplo; o crescimento econômico e a continuidade do avanço da distribuição de renda; a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres e trabalhadores junto com valores consumistas e individualistas. Também uma forte crítica é que não se problematiza o modo de produção capitalista e o modelo de consumo estimulado, resultante deste modo de produção.

Mesmo com as contradições, este modelo foi responsável por criar uma nova dinâmica econômica, incluindo milhões de brasileiros/as nas possibilidades de consumo. Este modelo de desenvolvimento fez emergir imensos desafios ao Brasil para se afirmar enquanto nação no cenário mundial, sobretudo o de avançar para além apenas da inserção no consumo para a integração no processo do conhecimento e criação de valores da cidadania milhões de brasileiros e de brasileiras.

A filósofa Marilena Chauí[6] acredita que os programas sociais do governo não tenham criado uma nova classe média no Brasil. Segundo ela, o que eles criaram foi uma nova classe trabalhadora. A classe trabalhadora clássica no Brasil se tornou minoritária com o tempo. Isto tudo se deu pela fragmentação e precarização de seus serviços, juntamente à desarticulação de suas formas de identidade, resistência e luta. Então, as políticas governamentais originaram uma nova classe trabalhadora heterogênea, desorganizada e precária no sentido de não possuir um ideário pelo qual lutar. Esta nova classe trabalhadora é que absorve a ideologia da classe média: o individualismo, a competição, o sucesso a qualquer preço, o isolamento e o consumo.

Por outro lado, segundo Ricardo Antunes e Giovanni Alves a classe trabalhadora não está desorganizada, ao contrário, mais do que nunca, afirmam que os sindicatos tem tido uma forte entrada na política: "...Uma conseqüência positiva dessa tendência foi o significativo aumento dos níveis de sindicalização dos assalariados médios, ampliando o universo dos trabalhadores/as assalariados/as, na nova e ampliada configuração da classe trabalhadora". Talvez, seja importante problematizar a que vem servindo os sindicatos e as centrais sindicais mais influentes, qual o seu papel na política atual, mas sem negar seu peso nas decisões do Estado[7].

---

[6] http://socialistamorena.cartacapital.com.br/marilena-chaui-nao-existe-nova-classe-media/Entrevista publicada no Blog da Carta Maior, em 08 de outubro de 2013.

[7] Fonte: As Mutações do Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004, disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf, acessado em 20/01/2014.

O Governo Federal vem dando importantes passos no sentido de superar problemas da conjuntura, como a destinação de 75% dos *royalties* do petróleo extraído do Pré-Sal para a educação e 25% para a saúde e com a elaboração de Marcos e Políticas, como o Plano Nacional de Direitos Humanos3, a Política Nacional de Participação Social, o Programa Juventude Viva, as políticas e programas de economia solidária, de apoio à agricultura familiar, de mulheres, entre outros.

Contudo, é necessário também, como está sendo enfrentado dentro do debate do Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, avançar para a superação de entraves colocados à relação e cooperação entre sociedade e movimentos sociais organizados com o Estado brasileiro, superando a criminalização dos movimentos sociais e ONGs e avançando para além do viés proposto pelo pacto federativo, considerando e valorizando as contribuições da sociedade no processo das políticas públicas.

A despeito das boas notícias e bons resultados alcançados no período, aumentou o número de mortes violentas nas periferias urbanas, especialmente de jovens negros e a criminalidade ainda atinge fortemente as populações empobrecidas. É imprescindível, pois, não fugir ao debate, sobre qual o tipo de sociedade e de desenvolvimento sonhamos e estamos a construir para as atuais e futuras gerações. Que valores nortearão esta construção? Qual é o modelo de educação desejado e que se quer construir? Que relação estabelecer com a biodiversidade e com o meio ambiente? Como organizar a política e a economia de modo que estejam em sintonia com um projeto de país ligado com os anseios da população brasileira? Que modelo de democracia e participação se pretende construir?

3 - OBJETIVOS DO MARCO DE REFERÊNCIA

O *Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas* tem como objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela educação popular do conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, e contemplando os diversos setores vinculados a processos educativos e formativos das políticas públicas do Governo Federal.

Assim, o Marco de Referência pretende apoiar os diferentes setores do governo em suas ações educativas e formativas para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangências, possam alcançar o máximo de resultados, avançando para uma concepção de educação em sintonia com as diferentes realidades e com a perspectiva da valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular.

4 – BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Para uma reconstituição das bases históricas da Educação Popular no Brasil é preciso considerar, primeiramente, dois desafios: um conceitual e outro político. Em relação ao conceito, ao longo da história brasileira, a Educação Popular se constituiu num termo polissêmico. Em determinados momentos ela é referida como o direito de todos à escola, ou seja, a educação do povo e que deve ser assumida pelo Estado. Em outros momentos, ela é conceitualmente tratada como práticas educativas numa concepção emancipatória e que se vinculam a um projeto de sociedade em disputa na defesa da transformação da realidade em curso. Ou seja, educação popular vista como formadora da consciência nacional, de um projeto de nação soberano e igualitário, potencializadora de transformações político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho.

Um terceiro sentido atribuído à educação popular é o de educação para o povo. Voltada à preparação de recursos humanos para servir ao mercado, como impulso ao desenvolvimento econômico, industrial, que considera o padrão sociopolítico como dado inalterável da realidade. Uma perspectiva de educação que se preocupa mais com a transmissão de conteúdos e técnicas do que com a formação humana.

Retomar o esforço nacional em defesa da educação popular como educação do povo, quase sempre nos remete às lutas históricas em defesa da escola pública, que advém dos discursos dos liberais desde a Primeira República; se intensifica com outras vozes na década de 1930, por exemplo, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; incorpora outros atores sociais nas décadas de 1950 a 1970, principalmente os movimentos populares e estudantis; sofre a repressão e o silenciamento imposto pela Ditadura Militar; recupera suas bandeiras históricas no processo de reabertura política do país, sob a liderança do Fórum em Defesa da Escola Pública; mantendo nas últimas décadas uma mobilização liderada por instituições públicas, entidades de pesquisas e movimentos sociais organizados que, em diferentes fóruns de debate, ainda insistem na denúncia do não cumprimento constitucional da educação como um direito de todos.

A par do reconhecimento de todas estas lutas em defesa da escola pública, esta reconstituição histórica entende que a Educação Popular é mais do que isto. Enquanto proposta de educação emancipatória, não se reduz ao espaço escolar, embora o reconheça como estratégico para concretização de outro projeto de sociedade. Portanto, esta concepção de Educação Popular se constituiu historicamente na experiência dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no início do século XX, num contexto de lutas de classe e que tinham, dentro do sistema capitalista, a disputa de um projeto alternativo a este sistema. Estão vinculados a esta concepção de educação emancipatória

e libertária os movimentos anarco-sindicais da década de 1920; as organizações sindicais urbanas e rurais, sob influência do ideário comunista; os movimentos de base e populares liderados pela Igreja Católica no contexto dos anos 1960 e pós Concílio Vaticano II; as organizações estudantis secundaristas e universitárias, intensificando suas lutas nos anos que antecedem o regime militar e durante a resistência a este regime; os sindicatos e organizações populares que se articulam na defesa da reabertura política no país nos anos 1980; as associações de moradores e de bairros que, junto aos espaços constituídos nos conselhos em várias áreas sociais, têm tentado manter esta luta por outra sociedade, que se espelha nos princípios da Educação Popular; nas últimas décadas cabe destacar que muitos destes sujeitos coletivos e de luta pela educação popular emancipatória, constituíram-se institucionalmente, em organizações não governamentais ou permanecem em fóruns e movimentos autônomos.

Considerando este desafio conceitual, cabe passar ao desafio político de reconstituição histórica da Educação Popular. Nesta temática é necessário considerar que boa parte dos registros e memórias não são reconhecidos como legítimos pela historiografia oficial, pois partem de sujeitos coletivos ou individuais que se contrapuseram historicamente ao Estado e ao que ele instituiu enquanto política social, mas sobretudo, enquanto política econômica. Portanto, a questão política da Educação Popular é a defesa de uma classe social, que se identifica com os mais empobrecidos numa sociedade marcada historicamente pela exclusão social como a brasileira, pautada na construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere essas desigualdades sociais.

Esta educação popular que defende a classe dos empobrecidos, novamente, se fez e faz presente na defesa incondicional da escola pública, mas é também a Educação Popular que defende a saúde pública, a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, a moradia para todas e todos, a reforma agrária, o direito ao trabalho digno, a liberdade de expressão religiosa, o acesso ao transporte público de qualidade, a tributação justa, o direito à participação social e à comunicação, a sustentabilidade ambiental, o respeito à orientação e à diversidade sexual, dentre tantas outras pautas que a caracterizam como intersetorial. Portanto, para ser coerente com esta reconstituição histórica é necessário que se valorize cada manifestação e mobilização que foi organizada ao longo da história do Brasil, com especial atenção para o que se produziu antes da ditadura militar, nos anos da abertura política, após o regime militar e nas últimas décadas.

A ênfase desta reconstituição intersetorial está diretamente relacionada, no Brasil, às experiências produzidas pela Educação Popular crítica em contextos marcados pelo relacionamento entre sociedade civil e Estado no que se refere à formulação de políticas públicas.

A concepção emancipatória forjou-se gradativamente desde o referido movimento anarco-sindical da década de 1920, passando pelas campanhas de alfabetização na década de 1940, 1950

marcadamente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país e também com algumas experiências e exemplos nas regiões Sul e Sudeste. Neste período as campanhas de alfabetização visavam à consolidação das bases eleitorais dos governos, o que foi se frustrando à medida que se afirmava uma concepção metodológica voltada ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos e da conscientização. Nesta perspectiva enquadram-se as campanhas nacionais de alfabetização do Governo Federal, de 1947 ao final da década de 1950; a campanha "De pé no chão também se aprende a ler", em Natal-RN, no início de 1961; o Movimento de Educação de Base, criado pela Igreja Católica, em 1961, com apoio do Governo Federal; o Movimento de Cultura Popular, surgido em Recife-PE, em 1961; os Centros de Cultura Popular, ligados à UNE, em 1962; a Campanha de Educação Popular da Paraíba, de 1962; e o Plano Nacional de Alfabetização, de 1963.

A ditadura militar alterou significativamente o sentido da política pública de educação. Entre 1964 e 1984, além da repressão às organizações populares e destruição da memória de diversas experiências de Educação Popular, foram construídas as bases para que a política de educação assumisse outra concepção: "a da educação para o povo".

Um dos primeiros atos do regime militar foi a interrupção do Programa Nacional de Alfabetização ainda em abril de 1964. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi lançado pelos governos ditatoriais como continuidade às campanhas nacionais de alfabetização, contudo, seu sentido político era diverso, valorizando muito mais a leitura e escrita, do que a formação humana. No decorrer deste período consolidou-se a perspectiva de educação pautada pela Teoria do Capital Humano, que mais tarde viria a ser a proposta pedagógica oficial. O Golpe de 1964, não abortou somente este movimento de educação, mas a possiblidade de uma orientação democrática e includente de desenvolvimento.

O período de resistência à ditadura e da redemocratização das décadas de 1970 e 1980 foi marcado pelo fortalecimento dos movimentos de educação e da educação popular como instrumento de organização dos movimentos populares. A perspectiva da educação pública e gratuita via Estado é fortalecida, ao mesmo tempo em que se extrapola o campo das políticas de educação. Principalmente na década de 1980, os processos de organização social e popular representaram expressivas experiências de formação de consciência coletiva potencializadora da luta por direitos e reformas sociopolíticas, como no movimento sindical urbano, movimento estudantil, movimentos populares, movimento popular de saúde, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Terra, etc.

Neste período, a Educação Popular passou a ser novamente experimentada como política pública e a subsidiar processos educativos com a população, como o orçamento participativo

em diversos municípios do Rio Grande do Sul e com maior expressão na capital Porto Alegre. Mais tarde, no município de São Paulo, de 2001 a 2004, também buscou-se integrar a Educação Popular no espaço formal de educação, com projeto Orçamento Participativo Criança no ensino fundamental, que visava elaborar a organização das demandas dos educandos, no que concerne a seus interesses.

Em 1989, Paulo Freire, já tendo voltado do período de exílio, foi convidado para assumir a Secretaria de Educação do município de São Paulo, lançando a plataforma política de sua gestão: "Política Pedagógica: construindo a educação pública, popular e democrática". Também é importante destacar outras diversas iniciativas em diferentes áreas de atuação, praticando a Educação Popular como mecanismo de formação e mobilização política, incluindo as proposta da educação popular na escola pública, a contextualização e a educação no campo, avançando para superar a visão de que a EP se restringia à educação não escolar.

Os anos 1990 se caracterizam pelo gradativo estabelecimento da hegemonia neoliberal, com reestruturação produtiva, precarização das relações de trabalho, estabelecimento de políticas sociais compensatórias e aumento do desemprego no Brasil e no mundo. O capitalismo financeiro passou a ser o novo padrão de organização do modo de produção, a revolução da comunicação alterou a dinâmica das relações sociais e a identidade das classes trabalhadoras fragmentou-se gradativamente.

Este período é marcado pela ênfase na refundamentação da educação popular e no debate sobre Estado e educação popular, limites e possibilidades no Brasil e na América Latina. O refluxo imposto pelo período ditatorial é gradativamente transformado em perspectivas, propostas e projetos. Contudo, em um período diferente da história, que requer atualização das práticas à altura das transformações pelas quais passamos. Neste período se propagam experiências de Educação Popular vinculadas à educação de jovens e adultos, como o Mova, organização de movimentos populares, plebiscitos populares e a ação de diversas organizações da sociedade civil.

Os anos 2000 marcam alterações neste cenário, principalmente na América Latina, abrindo-se novas possibilidades de retomada do fortalecimento da Educação Popular, com o sucesso de várias lutas sociais populares que culminaram com a eleição de diversos governos mais comprometidos com as causas populares no Brasil e na América Latina.

Contudo, em termos mundiais, a predominância do capital financeiro e da privatização dos direitos foi fortalecida. Perdeu a centralidade o debate em torno da noção de classe social, conflito, ruptura e revolução, sem que as principais questões levantadas por estas categorias fossem aprofundadas. Novas formas de lutas sociais se articularam via Fórum Social Mundial. As possibilidades de articulação e construção de processos educacionais emancipatórios expandiram-se

a partir das novas tecnologias da informação e da transformação do conhecimento e da ciência em meio de produção. O ativismo digital, conectado às lutas populares das grandes periferias urbanas, do campo, das mulheres, jovens, negras e negros, populações LGBT's, trabalhadores e trabalhadoras tem gerado novas dinâmicas de organização com enorme potencial de mobilização, como pudemos vivenciar nas mobilizações protagonizadas por jovens do mês de junho de 2013 no Brasil, além das que aconteceram no Egito, Espanha, Grécia e em outros países, entre 2011 e 2013.

Neste cenário à Educação Popular permanece o desafio de se reinventar, sem perder a vitalidade transformadora. Desafio presente em diversas iniciativas de organizações da sociedade civil e movimentos sociais populares que preenchem um enorme mosaico de ações de formação e de cultura popular desde a década dos 2000 até hoje em dia. Por outro lado, nunca foi tão necessária e atual uma educação voltada para a construção democrática de um projeto de nação e de mundo, que supere as desigualdades que ainda marcam nosso tempo.

A Educação Popular, portanto, desde a perspectiva da educação de jovens e adultos, passando pela universalização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade esteve sintonizada com os principais debates de seu tempo. Hoje se discute, com a Política Nacional de Educação Popular, que esta perspectiva político metodológica, além de ser percebida como um método, pode subsidiar a construção de políticas públicas democráticas, participativas e voltadas aos interesses das classes subalternas, maioria de nossa população.

5 – BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Importa para este Marco destacar o ideário freireano sem estabelecer dicotomia entre os entre os espaços do "Estado" e os da "Sociedade civil". Para Paulo Freire, partidário da visão *grasmciana*, o Estado é uma espaço sociocultural em constante disputa seja entre sujeitos e classes sociais que têm interesses individualistas e privatistas ou entre aqueles que buscam concebê-lo como espaço público em formação capaz de promover justiça econômica e social.

Segundo Antônio Gouvêa da Silva[8] tais disputas não se dão apenas no campo explícito das propostas e práticas políticas, mas também no plano da cultura, ou seja, na construção e no confronto entre significados que dão sentido ao papel social do Estado, buscando legitimar as políticas institucionais desenvolvidas.

No bojo desta consideração inicial, podemos destacar que nos últimos 50 anos, tanto no campo das práticas como nos momentos de reflexão sobre as ações em educação popular, produziu-se um conjunto de categorias importantes para orientar as experiências populares e institucionais. Porém, mesmo assumindo a dificuldade em selecionar as principais contribuições do campo da Educação Popular, deliberamos por destacar as categorias que contem em si uma ideia-força capaz de balizar e orientar os agentes públicos em seu trabalho cotidiano, em especial na construção e na implementação de políticas públicas no Brasil.

DIALOGICIDADE

"Não é no silencio que os homens se fazem,

mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão". [9]

O diálogo, uma das categorias mais importantes em Freire pois dela decorrem as demais, representa para a Educação Popular o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora.

---

[8] cf. Vamos Lá Fazer o que Será, p. 177

[9] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 17 edição. São Paulo, 1987, p.44.

Assim sendo, a dialogicidade se torna necessária a toda e qualquer ação de governo voltada para a construção e execução de políticas públicas tenha em seu cerne o diálogo enquanto elemento central, visto que é através dele que podemos pensar sobre o mundo, problematizando-o para transformá-lo.

Nesta perspectiva, o diálogo pressupõe o estabelecimento de relações horizontais, em que as práticas sociais e educativas se dão a partir da compreensão de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes, como assinala Freire:

> "O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes"[10].

Desta forma, o saber sistematizado é pertinente às necessidades da população e não o conteúdo vazio de sentido, portanto, parte da visão das classes populares para promover, dialeticamente, novos conhecimentos. Para tanto, esta perspectiva considera que todo trabalho pedagógico é conflituoso, pois desvela interesses e intencionalidades, na medida em que colocam, numa relação dialógica, diferentes saberes em confronto.

O diálogo entre o educador e a educadora popular e as classes populares vai tecendo a teia entre a ação e a reflexão, possibilitando a troca de significados e o aprofundamento na compreensão dos elementos constitutivos da realidade, oportunizando a reconstituição simbólica do real, permitindo a construção de significados comuns, o aprofundamento da solidariedade e a elaboração de alternativas para a superação das compreensões fatalísticas a respeito do que se passa na vida cotidiana.

Freire considera que uma situação-limite em si não é "geradora de um clima de desesperança"[11], mas a forma com que os indivíduos percebem-na em "um dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No entanto, quando a percepção crítica ocorre, "se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a

[10] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 17 edição. São Paulo, 1987, p.45.

[11] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 17 edição. São Paulo, 1987, p.47.

empenhar-se na superação das situações-limites"[12], na percepção das possibilidades para romper com situações de opressão.

A prática da relação dialógica é, neste sentido, fundamental para romper, por um lado, com o silêncio e, por outro, para promover a reflexão sobre as contradições, a partir, principalmente, da problematização da realidade.

Desta forma, a promoção de práticas reflexivas mediadas pelo diálogo se constitui no núcleo central de uma pedagogia emancipatória, uma vez que o pensar e fazer críticos é uma exigência epistemológica e política para os seres humanos caminharem na perspectiva do aprimoramento da sua vocação humana, enquanto cidadãos e cidadãs mais autônomos, críticos, criativos, éticos e estéticos. Por fim, o diálogo somente se dá se há, de fato, se o educador e a educador tiver profundo amor ao mundo e aos homens e mulheres.

AMOROSIDADE

"Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens,
o diálogo se faz numa relação horizontal,
em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia". [13]

A amorosidade em Freire pode ser percebida em toda a sua obra, em especial quando suas reflexões abordam a relação homem-mulher-mundo, em que o diálogo se apresenta permeado pela humildade e esperança.

Segundo o próprio Paulo Freire: "O ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque amoroso, é dialógico (...). Como ato de valentia, não pode ser piegas, como ato de liberdade não pode ser pretexto de manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens/mulheres, não me é possível o diálogo"[14].

CONSCIENTIZAÇÃO

"A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação.

[12] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 17 edição. São Paulo, 1987, p.47.

[13] FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 17 edição. São Paulo, 1987, p.46.

[14]FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 32 edição. São Paulo, 2002, p.80.

A consciência é temporalizada. O homem é consciente e na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade".[15]

A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade.

Quanto mais elevado o nível de conscientização, maior a capacidade de "desvelamento" da realidade, pois mais se penetrará na compreensão do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em "estar frente à realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual, visto que a conscientização não pode existir fora da "práxis", sem o ato de ação- reflexão.

Para Paulo Freire, esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza homens e mulheres. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Exige que os homens e mulheres criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. Conscientização é um processo permanente de passagem da consciência ingênua para a consciência criticam tal como reflete Freire em Educação e Mudança. Nesta obra, Freire apresenta-nos algumas características destas duas consciências:

A consciência ingênua se apoia em uma visão simplista sobre a realidade e prefere exaltar o passado como referência para dizer o que é o melhor. Além disso, é impermeável à investigação e, portanto, frágil na discussão aprofundada dos problemas; a verdade é imposta e seu apelo tem forte impulso passional. Desta forma, a realidade é estática e imutável.

Ao contrário, a consciência crítica anseia pela profundidade na análise de situações-limites, inclusive porque reconhece que a mudança é possível (e necessária). Livra-se de preconceitos ao buscar uma postura crítica, investigativa e indagadora diante da realidade. Freire diz-nos que "o novo não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida que são válidos". Por fim, a consciência crítica "ama o diálogo, nutre-se dele". [16]

Quanto maior o nível de conscientização dos/as educandos e educadores e dos sujeitos, mais capacitados estarão para serem anunciadores/as e denunciadores/as das situações-limites e

[15] FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Paz e Terra, 12 edição. São Paulo, s/a, p. 21.
[16] FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Paz e Terra, 12 edição. São Paulo, s/a, p. 21

desumanizantes, graças ao compromisso de transformação assumido. Esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que se denuncia uma estrutura desumanizante sem haver compromisso com a realidade, a partir do momento em que se chega à conscientização do projeto, deixando de ser utópicos haverá burocratização.

Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas tarefa permanente de transformação. A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização.

Nesta concepção, ninguém conscientiza ninguém, educadores e educadoras, educandos e educandas se conscientizam mediatizados pelo mundo, pelas relações estabelecidas, através das práticas e da reflexão sobre elas. Para Paulo Freire, o processo de conscientização só se realiza quando além de tomar consciência da realidade os sujeitos se organizam coletivamente para atuar sobre a realidade para transformá-la.

A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE E DO MUNDO

"Mudar é difícil, mas é possível"[17].

O processo educativo, se dialógico e conscientizador, procurará sempre ser transformador da realidade e do mundo. Buscará construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça.

Também mudam as relações, as pessoas, e as relações entre as pessoas, não deixando prevalecer o egoísmo, o individualismo, o sexismo, os preconceitos e a discriminação. Um processo educativo apoiado na educação popular procurará tornar as pessoas sujeitos de direitos, protagonistas do seus destinos e contribuintes na transformação. A educação conscientizadora, libertadora e transformadora deve contribuir com a democratização do Estado e da sociedade.

PARTIR DA REALIDADE CONCRETA

"Como educador preciso ir lendo, cada vez melhor a
leitura do mundo que os populares com quem trabalho
fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte"[18].

[17] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1 edição. São Paulo, 1996, p. 47.

Para Paulo Freire, "a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá aos educadores/as na relação dialética entre objetividade e subjetividade"[19].

Partir da realidade concreta supõe levantar tanto a visão de mundo dos educandos quanto os dados objetivos do contexto onde acontecerão as práticas sociais e as experiências educativas. Isto é, a educação popular busca romper com uma perspectiva de educação "conteudista", sem vínculo e relação com a realidade dos sujeitos envolvidos.

A Educação Popular assume a realidade enquanto uma totalidade concreta, questionando a fragmentação do conhecimento, que leva por vezes à excessivos graus de especializações que impedem, com isso, um entendimento integrado das práticas sociais e simbólicas de determinado sistema social. Neste sentido, Freire afirma que nas relações políticas e pedagógicas com os grupos populares "não posso desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E tudo isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de leitura de mundo que precede sempre a leitura da palavra"[20].

Assume que a educação é um processo também cultural e de educação como prática de liberdade que parte da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade inserida em contextos sociopolíticos distintos. Tem a cultura popular como ponto de partida, buscando valorizar os elementos importantes, mas avançando para uma cultura orgânica de classe. Partir da realidade significa também considerar a realidade concreta vivida em diferentes espaços e territórios geográficos, culturais, simbólicos, etc.

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E PESQUISA PARTICIPANTE

> "Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres encontram corpo um no outro. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago.
> Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

---

[18] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1 edição. São Paulo, 1996, p. 49.

[19] FREIRE, In: BRANDÃO 2001, p. 35

[20] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1 edição. São Paulo, 1996, p. 49.

A Educação Popular conjuga a pesquisa em educação com os processos de participação popular, integrando, no mesmo processo político-pedagógico, os/as educadores/as e os/as educandos/as.

No processo educativo, apreender e produzir conhecimento são momentos centrais no ciclo de aprendizagens capazes de articular a teoria e a prática, entre o conhecimento histórico construído e as experiências e saberes dos educandos e das educandas.

Nesta concepção, a pesquisa é o instrumento que viabiliza, mediado pelo diálogo, o aprofundamento da temática em estudo e a produção do novo saber. Sem a atividade de pesquisa, ensino-aprendizagem e aprendizagem-ensino, tanto por parte do educador e da educadora, quanto por parte do educando e da educando e, apesar das especificidades dos papéis, ambos estão em contínuo processo de ensinar e aprender.

O conhecimento não é, nesta concepção, algo que o educador e a educadora doe ao educando e à educanda, pois é algo que se constrói e reconstrói permanentemente, através, sobretudo, da pesquisa sobre a realidade e a partir da prática da relação dialógica.

Neste processo, portanto, não há dicotomia entre o conhecimento científico ou acadêmico e o conhecimento oriundo do cotidiano do povo. Sobre esta afirmação, se tomarmos a educação dialógica como pressuposto, cabe considerar que não há conhecimento mais ou menos importantes, válidos ou não, mas distintos saberes.

Sendo assim, respeitar o *saber de experiência feito* – aquele que é fruto da prática social, não significa a idealização dos saberes populares, pois para o pensar certo não há ninguém totalmente sábio ou ignorante.

Em Freire[21],

> Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica compromisso da educadora com a consciência crítica do educando, cuja "promoção" da ingenuidade não se faz automaticamente.

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E DO CONHECIMENTO

Na Educação Popular, a sistematização é uma espécie particular de criação participativa de conhecimentos teórico-práticos, a partir de e para a ação de transformação, entendida como a construção da capacidade protagonista do povo.

[21] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1 edição. São Paulo, 1996, p. 16.

Para Oscar Jara, sistematizar é[22]:

> Apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido. Interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Nesta perspectiva, métodos, técnicas e dinâmicas assumem o papel de instrumentos, dos quais o educador lança mão para no processo ensino-aprendizagem viabilizar a construção do conhecimento.

Concluindo...

> "Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente"[23].

Esta Concepção de educação parte de um conjunto de valores éticos epolíticos dentre os quais destaca-se a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares); a busca de justiça e solidariedade; e a busca da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes, a autonomia e a democracia de base. (99).

A Educação Popular anuncia que entre as situações-limite, geradoras de violência, e os inéditos viáveis, expressão de Paulo Freire, que significa as possibilidades de superação das situações-limite, encontra-se a educação como ação reflexiva e como prática cultural comprometida com a luta em direção ao "ser mais", dimensão ontológica do ser humano.

A educação, na perspectiva dialógica, acredita nas possibilidades de superação das situações desumanizantes onde sujeitos, culturas, cotidianos e condicionantes macrossociais vão produzindo. A pedagogia proposta pela da educação popular deixa nítido que o aprofundamento e a recriação da concepção de educação popular e a qualificação das práticas exigem dos educadores populares e das educadoras populares a tarefa de pensar esta proposta político-pedagógica em diferentes espaços e tempos. (...) A intervenção educativa é histórica, política e cultural, daí as experiências não poderem ser transplantadas. É a leitura séria e crítica da realidade que indica os percursos pedagógicos, a serem construídos a partir da opção política e ética.

---

[22] JARA, Oscar Holliday. Para Sistematizar Experiência. Editora Universitária. 1996. UFBA.
[23] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1 edição. São Paulo, 1996, p. 29.

6 – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Princípios

I - Emancipação e poder popular.

II – Participação popular nos espaços públicos.

III- Equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade, na amorosidade.

IV- Conhecimento crítico e transformação da realidade.

V– Avaliação e sistematização de saberes e práticas.

VI – Justiça política, econômica e socioambiental.

Diretrizes

- Partir das diferentes realidades numa perspectiva multidimensional (rural/urbano, centro/periferia, territórios, biomas, culturas, gêneros, raça gerações, etc.) e dos contextos particulares.
- Fortalecer, preservar, incentivar e interagir com a cultura popular e com a história do povo, como expressão da identidade brasileira nas suas especificidades regionais e étnicas, com elementos constitutivos de sua identidade.
- Considerar, como elementos importantes, a diversidade política, cultural, econômica, ambiental e social do povo brasileiro.
- Estimular, nas práticas do setor público, o diálogo com organizações e movimentos populares e sociais para a adoção dos pressupostos da Educação Popular.
- Contribuir com a organização popular e com o surgimento de novas lideranças e agentes populares.
- Fortalecer o processo educativo na perspectiva da economia popular solidária, considerando a importância da organização econômica da sociedade como dimensão fundamental para a emancipação popular.
- Promover a participação popular e a gestão democrática em todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas.

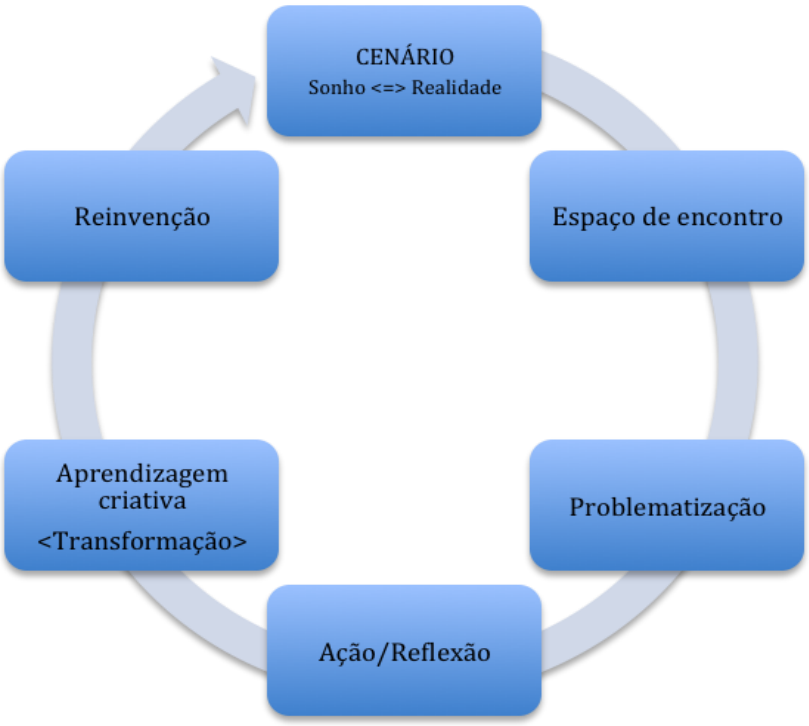
- Garantir que os instrumentos utilizados na gestão pública (planejamento, implementação, avaliação, financiamento, etc) fortaleçam os processos de Educação Popular.
- Promover e construir coletiva e dialogicamente as políticas públicas, com participação social e popular.
- Ampliação de espaços públicos com participação popular.
- Promover processos educativos na perspectiva de Educação Popular para ampliar o acesso a políticas e aos recursos públicos.
- Promover a conscientização com base na leitura da realidade para a consequente transformação social.
- Assegurar, nos diversos processos de políticas públicas, o movimento de partir da realidade concreta, relacionando-a aos níveis macro de compreensão da realidade (totalidade), à análise das conjunturas econômica, política e social, buscando, ao retornar à ela, ações transformadoras.
- Articular e construir processos que contribuam para explicitar as diferentes visões de mundo, problematizando-as e confrontando-as para se chegar a novas sínteses teóricas e práticas.
- Assumir a perspectiva dialética da práxis, promovendo a relação entre as esferas micro e macro de compreensão da realidade.
- Promover e fortalecer o estudo histórico, político, sociocultural e econômico da formação do povo brasileiro, considerando, respeitando e valorizando as diversidades territoriais, bem como a história das lutas de outros povos.
- Assegurar a construção e a socialização de saberes, promovendo o diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico na perspectiva crítica, com ênfase aos pensadores brasileiros e latino-americanos.
- Promover, defender, difundir, efetivar e ampliar os direitos fundamentais da pessoa humana.
- Compreender a participação popular como um direito, promovendo a participação e o diálogo como elementos essenciais a uma nova cultura democrática.
- Promover o fortalecimento da efetivação dos mecanismos de democracia direta e participativa, conquistados pelo povo e garantidos pela Constituição Federal de 1988, como condição para uma sociedade justa, equânime e igualitária.

- Promover a educação para participação popular e cidadã nos instrumentos e canais de controle social existentes (conselhos, conferências, audiências públicas, fóruns), visando fortalecer o poder popular.
- Comprometer-se com a autonomia dos setores populares na relação com o Estado.
- Estímulo ao diálogo com a sociedade, os movimentos sociais e as organizações populares.
- Apoio a políticas, programas de democratização do Estado e da sociedade.
- Valorizar e fortalecer práticas educativas e esforços autônomos das organizações sociais e de iniciativas estatais na realização de ações de formação na perspectiva da conscientização e transformação social.
- Assumir o conflito, como elemento fundamental da Educação Popular crítica, favorecendo a construção de novas práticas de exercício do poder substantivamente democráticas.
- Garantir e ampliar a reflexão crítica por meio de sistematização e avaliação participativa de práticas educativas populares de experiências de políticas públicas.
- Consolidar a criação de indicadores para avaliação e monitoramento dos processos e resultados de políticas públicas a partir do referencial da Educação Popular.
- Considerar as diversidades de gênero, gerações, orientação afetivo-sexual, religiosas, culturais, étnico-raciais, de pessoas em situação de privação da liberdade e pessoas com deficiência na formulação e implementação das políticas públicas.
- Cultivar e valorizar a construção de relações de amorosidade, na escuta e no diálogo, atentos e capazes de perceber e respeitar a riqueza da diversidade das manifestações e tradições culturais e religiosas.
- Desenvolver mecanismos para fortalecer os diferentes sujeitos na participação em todo o ciclo das políticas públicas.
- Garantir que os fundamentos e a metodologia da Educação Popular sejam utilizados nas formações e capacitações para os servidores públicos;
- Comprometer-se com as diferenças e combater as desigualdades.

7. PERCURSO METODOLOGICO DE UMA PRATICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Partindo do pressuposto que a Educação Popular tem na sua essência político-pedagógica o avanço da consciência critica organizativa das classes populares para o exercício do poder, é necessário um processo de educação com intencionalidade concreta e planejada, que parte da realidade dos sujeitos, mulheres e homens envolvidos e que seja construído coletivamente. Logo, uma educação para fomentar a articulação e a mobilização para organização e transformação social não existe fora da luta popular, que por sua vez, é a própria Educação Popular na sua aplicabilidade. Neste sentido, a concepção de formação e organização de uma ação na perspectiva da Educação Popular exige coerência epistemológica, construção coletiva e respeito aos diferentes saberes.

Desta forma, seguindo o conselho do próprio Paulo Freire, que pediu para reinventá-lo, sobretudo num contexto da intersecção da Política Pública com os seus sujeitos de direitos, propomos abaixo um percurso metodológico, baseado nos princípios da Educação Popular, que aproxime o referencial epistemológico e metodológico com o ciclo, o fazer e a construção de políticas públicas mais participativas. Por conta disto, os seis espaços apresentados abaixo são para fazer valer a proposta metodológica da Educação Popular.



1. **O cenário –** parte da realidade concebida como um espaço que integra o sonho e a realidade, ou seja, é o "esperançar" onde o sonhar é a força motriz, sempre com os pés no chão da realidade, estimulando o processo a partir da história dos sujeitos, da comunidade na perspectiva da construção coletiva e da troca dos saberes. É estar e colocar-se junto, saber ouvir e escutar, fortalecer o sonho com o/a outro/a. Neste sentido, registrar a primeira conversa e contato, sistematizar o que se realiza é primordial na proposta metodológica da Educação Popular. Investigar a realidade vivida, levantar a visão de mundo dos sujeitos sobre a realidade por meio de diálogos, pesquisa-ação, pesquisa-participante e também sistematização de dados objetivos do contexto, a partir da vivência dos territórios e construir elementos como ponto de partida para que a cultura política esteja permeada pelas práticas de Educação Popular com vistas à transformação da sociedade.
2. O **espaço de encontro** - este deve explicitar o sonho e para isso mobilizar e articular parceiros, envolver os/as sujeitos políticos para o momento do encontro é essencial na Educação Popular. Este espaço deve apontar a relação entre governo e sociedade civil, movimentos sociais, grupos organizados, numa pactuação contínua e sistemática em torno do que podem construir e gerenciar juntos. Para isso, é importante identificar e mapear as práticas de Educação Popular existentes no governo e nos movimentos sociais. Nos espaços populares e também no processo de escolarização formal. Neste processo é inevitável o conflito entre educação popular e educação escolar. Porém este conflito traz em seu bojo a busca incessante de diálogo, de interlocução e de inter-relação. Pensar as politicas na ótica

da Educação Popular é também propor uma inversão na forma como se organizar as relações de poder nos espaços, de uma lógica vertical para uma lógica horizontalizada de relações.

3. **Espaço de problematização -** este define os objetos da ação, fomenta a reflexão questionando as causas dos fatos, desmonta a visão mágica ao propor falar dos problemas cotidianos com a comunidade, refletindo em torno da situação conjuntural e de suas causas econômicas, políticas, culturais, sociais, etc. Nesta etapa questiona-se os problemas e desafios da realidade, local e nacional, os modelos de Estado, de desenvolvimento, do sistema nacional de educação, a partir dos modelos impostos e do quanto estes podem desencadear num processo que dificulte e impeça a construção de uma sociedade plural, democrática e cidadã. Pode-se dizer que a leitura da realidade parte da significação que os sujeitos fazem da situação a ser estudada. A pesquisa e a problematização permitem a desconstrução e reconstrução desta significação. Mediatizados pelo diálogo (que é um dos pilares do processo educativo ou da ação político-cultural na perspectiva dialógica), educador e educandos ampliam sua compreensão, análise crítica das situações-limite e potencializam as possibilidades de sua superação.
4. **Ação e reflexão –** neste momento é importante considerar as demandas, os desejos e o conhecimento acumulado e sistematizado dos movimentos sociais, dos grupos organizados, das Instituições de ensino e pesquisa e dos governos. É um momento do diálogo ampliado com todos os/as sujeitos que produzem saberes e ação política. Exige rigorosidade metódica, ética e coerência com o processo. Tudo isso para que, ao se apropriar dos conceitos teóricos e do saber sistematizado, se possa fazer uma leitura a partir do conhecimento micro, ampliando ao macro, relacionando a realidade conjuntural para se levantar as contradições, os impasses e os desafios mais profundos da realidade.
5. **Aprendizagem criativa -** Num processo de construção coletiva se pactua propostas e ações com os diferentes sujeitos e em diferentes níveis de envolvimento. Reforça também a filiação, a vinculação, o sentimento de pertença, a coesão, o diálogo e o fortalecimento das diversas redes e organizações da sociedade civil, como também o diálogo contínuo e permanente com os governos. Neste sentido, espaços como os conselhos, fóruns, comitês devem ser qualificados, potencializados, fortalecidos e legitimados enquanto práticas de Educação Popular na construção de políticas públicas. O espaço de aprendizagem criativa também nos faz repensar a retomada do trabalho de base, essencial para fortalecer a organização social e a luta popular. E para isso é necessário pensar um processo dinâmico, sistemático, contínuo de formação de educadores e educadoras, não mais somente para determinada área ou movimento, mas uma formação em redes que possa pautar as temáticas

plurais que levam a transformação social e a construção de um novo modelo de sociedade e de Estado.

6. **Reinvenção** – reinventar é sempre uma possibilidade de renovar e de rever o proposto. Neste sentido, a reinvenção é o momento de se fazer uma avaliação que busque evidenciar os resultados alcançados e assim, poder retornar ao ciclo. Busca-se elementos para a elaboração de novas estratégias e a superação de desafios sempre em vista de uma maior autonomia, do protagonismo e soberania dos grupos envolvidos. É neste momento que a "conscientização" se realiza de forma mais ampla. Quando os/as sujeitos a partir do diálogo entre os diferentes saberes, relacionado à sua realidade, consegue perceber as reais causas dos problemas, toma consciência dele e se organiza coletivamente e solidariamente para superá-los.

8. CAMPOS DAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Tendo como ponto de partida que a Educação Popular é um processo coletivo de elaboração do conhecimento que desenvolve junto a educadores/as a capacidade de ler criticamente a realidade para transformá-la e que a apropriação crítica dos fenômenos e de suas raízes permite o entendimento dos momentos e do processo da luta de classes, ajudando a quebrar as formas de alienação, a busca e descoberta do real e para a sua superação. Então podemos dizer que o principal campo da prática da educação popular está no trabalho de base, que pode se dar em diferentes espaços populares e institucionais, no território, no campo, na cidade, nas periferias e centros.

Neste sentido, o alimento da Educação Popular é o trabalho de base e este se alimenta através da proposta pedagógica da Educação Popular. Condição e sustento do trabalho político e do trabalho de massa, um dos principais campos das práticas da Educação Popular está no fazer cotidiano do trabalho de base junto aos grupos organizados e não organizados.

A Educação Popular se realiza junto às comunidades, aos grupos empobrecidos, beneficiários das políticas de transferência de renda e políticas sociais, junto às pastorais sociais e pequenos grupos organizados que querem formar associações ou cooperativas, grupos de mulheres, juventudes, populações tradicionais, agentes de saúde e comunitários, fóruns de economia solidária, de educação de jovens e adultos. A Educação Popular está onde está o povo do campo e da cidade que lutam dia-a-dia há anos para que possam ter voz e vez, serem protagonistas e construtores de sua própria história.

Ela também se dá em espaços de democracia participativa, consagrados na Constituição de 1988, como os conselhos de políticas públicas, cujo papel é de articulação, formulação e monitoramento de políticas entre governo e sociedade civil. Em razão disto, há nestes espaços também uma demanda e necessidade de formação política de seus conselheiros para o efetivo exercício da representação.

Também acontece em espaços formais de educação, envolvendo os diferentes ciclos e fases do processo da aprendizagem (da infância à terceira idade). Os princípios da Educação Popular podem ser vivenciados não só nos espaços das escolas públicas, dos hospitais, universidades e faculdades, mas também em todos os espaços educativos e formativos comunitários, particulares e a todas entidades que recebam subvenção pública para se que adote uma metodologia de trabalho popular baseada no diálogo entre os diferentes saberes.

Há um esforço que vem sendo empreendido de que a Educação Popular faça parte dos currículos dos cursos de Pedagogia, e de outros, como instrumento de pesquisa e de formação de professores e profissionais. Neste sentido, há importantes experiências de universidades como

também uma mobilização de grupos como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, entre outros, que buscam a inclusão desta pauta nos diversos níveis de aprendizagem. Acredita-se que a Política Nacional de Educação Popular possa fazer avançar esta proposta junto às universidades brasileiras e a outros segmentos.

No âmbito deste marco, a Educação Popular pode se dar com os diferentes sujeitos envolvidos pelos processos políticos/pedagógicos propostos em diferentes campos da política pública, sempre com o propósito de ousar, inovar, lançar e buscar romper com posturas verticais, motivar e tencionar para que as relações sejam dialógicas, pautadas pelo ouvir e escutar, por partir da realidade e da necessidade do povo. Neste sentido, a proposta metodológica e política da Educação Popular precisam ser ousadas no sentido de garantir espaços junto aos formuladores das políticas públicas para que estas possam estar próximo da vida e do cotidiano do povo brasileiro.

A Educação Popular é uma ferramenta necessária para que seus princípios como o da amorosidade, do respeito aos diferentes saberes sejam consolidados em espaços como de escolas públicas, dos hospitais, universidades, faculdades entre outros.